



PREJULGADO DE TESE Nº 013, de 26 de junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.530

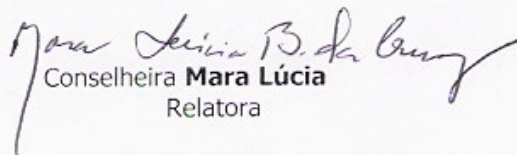
Processo nº 201409013-00

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO PISO NACIONAL REMUNERATÓRIO DOS PROFESSORES (LEI Nº 11.738/2008). POSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS'S. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO AO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES. INTELIGÊNCIA DO ART. 7º, DA LEI DO FUNDEB, C/C ART. 4º DA LEI Nº 11.738/2008, C/C ART. 1º DA RESOLUÇÃO/MEC Nº 7/2012. APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às **fls. 18-30**, e nos termos da Resolução prolatada, que passam a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **26 de junho de 2014**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros, Mara Lúcia, Cezar Colares; Sérgio Leão; Conselheiro substituto Sérgio Dantas e Procuradora Geral Elisabeth Massoud Salame da Silva.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

Processo n.º: 201409013-00

Assunto: Consulta

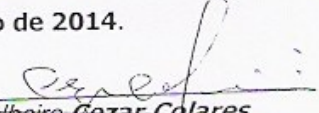
Órgão: Prefeitura Municipal de Paragominas

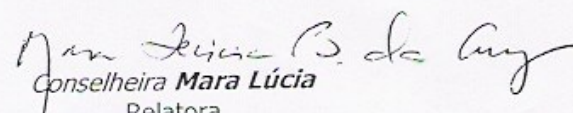
Interessado: Paulo Pombo Tocantins

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS. OBRIGATORIEDADE DE APLICAÇÃO DO PISO NACIONAL REMUNERATÓRIO DOS PROFESSORES (LEI Nº 11.738/2008). POSSIBILIDADE DE ADEQUAÇÃO NO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS – PCCS'S. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE COMPLEMENTAÇÃO AO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES. INTELIGÊNCIA DO ART. 7º, DA LEI DO FUNDEB, C/C ART. 4º DA LEI Nº 11.738/2008, C/C ART. 1º DA RESOLUÇÃO/MEC Nº 7/2012. APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar a CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às **fls. 18-30**, que passam a integrar esta decisão. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **26 de junho de 2014**.


Conselheiro **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia; Cezar Colares; Sergio Leão; Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e Procuradora Elizabeth Massoud Salame da Silva.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

Processo n.º: 201409013-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Paragominas

Interessado: Paulo Pombo Tocantins

RELATÓRIO

PAULO POMBO TOCANTINS, Prefeito Municipal de Paragominas, encaminhou **CONSULTA** (fl. 01), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto à ***obrigatoriedade de verticalização de eventual complementação salarial que seja concedida aos professores municipais, com vistas a adequar a remuneração dos mesmos ao piso nacional da categoria, instituído por força da Lei n.º 11.738/2008.***

Ressalta que no atual quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, dos 900 (novecentos) professores contratados, apenas 64 (sessenta e quatro) estariam recebendo abaixo indicado piso, impondo-se sua compensação, com vistas a atender o imperativo legal.

Informa, por fim, que a aplicação de reajuste linear conduziria a impactos significativos no cumprimento dos limites de gasto com pessoal, de tal forma que estaria comprometido o atendimento das regras insculpidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **29.05.14** (fl. 02), onde proferi despacho recebendo a consulta (fls. 03/04), tramitando-o, em **02.06.14**, à **Diretoria de Apoio aos Municípios – DAM**, dado o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA (Ato n.º 16/2013)**, para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste TCM-PA, que atendessem à solicitação em questão, o qual foi tempestivamente elaborado e juntado aos autos, às fls. 06/16, por meio do **Parecer n.º 0011/2014/RGS/DAM/TCM-PA**, que torno parte integrante do presente relatório¹.

¹ PROCESSO Nº	201409013-00
INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS
RELATOR:	CONSELHEIRA MARA LÚCIA

maria lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

PARECER Nº: 0011/2014/RGS/DAM/TCM-PA
ASSUNTO: PISO SALARIAL NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Excelentíssima Senhora Conselheira Relatora,

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Prefeito Municipal de Paragominas, Sr. Paulo Pombo Tocantins, que solicita deste Tribunal parecer sobre o tema "piso salarial dos professores" instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008, nos seguintes termos:

"1) O piso salarial nacional dos professores instituído pela Lei 11.738/2008 poderá ser garantido mediante um complemento salarial individual a ser concedido ao servidor a fim de se compensar a diferença entre o seu vencimento e o valor do piso.

2) Em tese havendo 900 professores e havendo apenas 64 destes abaixo do piso nacional e havendo linearidade dos vencimentos disposto no PCCs dos servidores municipais há a possibilidade de adequação ao piso de servidores apenas aqueles que estejam abaixo do piso nacional instituído e atualizado pela Lei 11.738/2008, sem que importe em aumento para os demais servidores que estejam acima do mínimo, tal implementação deve ser realizada mediante que ato.

3) Em tese a concessão de reajuste linear aos profissionais do magistério, visando adequar o valor do vencimento inicial da carreira ao piso nacional, impacta toda a estrutura remuneratória desse pessoal, neste caso à necessidade de um estudo criterioso de seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos dos arts. 15 a 17 da LRF.

4) Caso o impacto decorrente da concessão de reajuste linear venha a comprometer o limite da despesa com pessoal do respectivo ente, é possível que, para se garantir tanto o cumprimento do piso quanto o equilíbrio fiscal das contas públicas, a adequação do vencimento ao piso nacional seja promovida por meio da reestruturação da carreira dos profissionais do magistério, eliminando suas consequências fiscais.

5) Por fim, não havendo possibilidade econômica ou dotação orçamentária para a implementação do piso do magistério no exercício de 2014, poderá o ente federativo municipal nos moldes do artigo 4º, §1º e 2º, utilizar os recursos do FUNDEB para complementação do piso, ao final do exercício financeiro, em abonos de 13º ou 14º salário."

É O RELATÓRIO.

1. DO AMPARO LEGAL DA CONSULTA

Em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo 300 do Regimento Interno desta Corte de Contas, esta diretoria apresenta o seguinte estudo de mérito da questão apresentada objetivando subsidiar a decisão do Conselheiro Relator, caso decida pela apresentação de proposta de Resolução para deliberação plenária.

2. DO MÉRITO

A Lei 11.738/2008 (Lei que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica) cumpre com a disposição do artigo 206 da Constituição Federal que estabelece o "...VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública..."

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

A referida Lei sofreu ação judicial sobre a constitucionalidade dos artigos 2º, §§ 1º e 4º, 3º, caput, II e III e 8º, julgada improcedente as argumentações dos autores e com perda parcial de objeto, neste termos:

CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRA CLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO.

1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).

2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.

3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008. STF, ADI 4167. Relator Ministro Joaquim Barbosa. Divulgação: DJe de 23.08.2011, pág 27.

Desta forma, o piso salarial nacional é um referencial a ser aplicado a todos os profissionais do magistério público da educação básica, conferindo-lhe, através de lei local, caráter inicial do vencimento.

Os incentivos aos profissionais do Magistério precisam ser respeitados, que poderão ganhar mais que o piso, a títulos de gratificações, adicionais e outros ganhos que a lei estabelecer. Importa destacar os motivos que ensejaram o Voto do Ministro Joaquim Barbosa a favor da constitucionalidade do artigo 2º, §§ 1º e 4º da Lei em comento:

"Ilustro com um exemplo hipotético. Imagine-se que um determinado ente federado crie salutar gratificação ou bônus baseado na excelência do seu servidor. Se o piso compreender a remuneração global do professor, o pagamento da remuneração poderá igualar ou superar o limite mínimo, de modo anular ou mitigar ambos os incentivos para o profissional assíduo. Ao mesmo tempo profissionais que não atenderam às condições para receber a gratificação por desempenho poderão ter remuneração igual ou próxima daquela recebida ou próxima pelo professor recipiente da distinção por excelência."

Assim, haveria perceptível desestímulo às políticas de incentivo e responsabilidade necessárias ao provimento de serviços educacionais de qualidade pelo Estado baseados em critério relevantíssimo: o mérito."

Este parecer será desenvolvido em tópicos na ordem das dúvidas apresentadas.

1) O piso salarial nacional dos professores instituído pela Lei 11.738/2008 poderá ser garantido mediante um complemento salarial individual a ser concedido ao servidor a fim de se compensar a diferença entre o seu vencimento e o valor do piso.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

O piso salarial estabelecido na Lei 11.738/2008 é um referencial mínimo a ser pago aos profissionais do magistério da educação básica em início de carreira, portanto, não há complementação salarial, é cabível apenas a reestruturação do Plano de Cargos Salários e Carreiras - PCCS desses profissionais.

Podendo a Administração atualizar as remunerações, adotando o vencimento básico inicial, igual ou superior, ao piso definido pela Lei 11.738/2008, que é atualizado ano a ano pelo MEC.

2) Em tese havendo 900 professores e havendo apenas 64 destes abaixo do piso nacional e havendo linearidade dos vencimentos disposto no PCCS dos servidores municipais há a possibilidade de adequação ao piso de servidores apenas aqueles que estejam abaixo do piso nacional instituído e atualizado pela Lei 11.738/2008, sem que importe em aumento para os demais servidores que estejam acima do mínimo, tal implementação deve ser realizada mediante que ato.

É cabível a atualização salarial dos profissionais cujos salários estão defasados em relação ao piso nacional, não se tratando, portanto, de reajuste salarial e, sim, de uma adequação ao piso nacional para os salários defasados. Quanto à forma de implementação será por lei específica que em seu texto deve constar com clareza que se trata de correção salarial ao nível da Lei 11.738/2008, aos salários defasados.

O Parecer 040/2013 do Tribunal de Contas do Mato Grosso dá lucidez ao acima exposto:

"De pronto, destaca-se que o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica foi instituído com amplitude nacional por meio da Lei Federal 11.738/2008, abarcando todos os municípios, o que se pode perceber do regramento posto em artigo específico:

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais. (grifamos)

Dessa forma, seria postura desnecessária prever em lei municipal um piso nacional já previsto em Legislação Federal.

Além disso, não há que se falar na instituição de um piso municipal para os profissionais do magistério, que estabeleça um valor desalinhado ao estabelecido pelo Governo Federal anualmente.

Por fim, pode-se concluir no sentido de que, ao município não se faz necessário, por meio de lei específica, ratificar o valor do piso nacional dos profissionais do magistério estabelecido pelo Governo Federal, nem estabelecer em âmbito municipal um piso diferenciado para esses profissionais, contudo, utilizando-se de lei específica, deve atender ao valor mínimo estabelecido pelo piso no momento de implantar o PCCS, de reestruturá-lo ou de reajustar a remuneração dos profissionais da educação." Grifo nosso

3) Em tese a concessão de reajuste linear aos profissionais do magistério, visando adequar o valor do vencimento inicial da carreira ao piso nacional, impacta toda a estrutura remuneratória desse pessoal, neste caso à necessidade de um estudo criterioso de seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos dos arts. 15 a 17 da LRF.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

O planejamento é um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal que visa colocar em prática os planos previamente traçados, com efeito na diminuição dos impactos negativos que decisões como adequação a legislação pode acarretar, como é o caso do objeto desta consulta.

Os referidos artigos estão relacionados com a programação orçamentária que toda a nova despesa precisa ter para entrar no ambiente habitual da Administração Pública, além de um estudo prévio acerca do impacto sobre as finanças municipais (artigos 16 e 17 da LRF).

A própria Lei 11.738/2008 prever a adequação gradativa dos impactos financeiros que o ente pode vir a sofrer com a implementação da política salarial dos profissionais do magistério, no artigo 3º:

Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I – (VETADO);

II – a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente;

III – a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.

§ 1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.

Diante do exposto, a Administração Pública deve estar preparada para as possíveis alterações que podem impactar diretamente o montante total das despesas com pessoal e para tanto nunca se deve andar no limite máximo dos gastos.

4) Caso o impacto decorrente da concessão de reajuste linear venha a comprometer o limite da despesa com pessoal do respectivo ente, é possível que, para se garantir tanto o cumprimento do piso quanto o equilíbrio fiscal das contas públicas, a adequação do vencimento ao piso nacional seja promovida por meio da reestruturação da carreira dos profissionais do magistério, eliminando suas consequências fiscais.

Conforme a resposta ao item 1, o piso salarial é um referencial mínimo a ser seguido pelo ente, que ao reestruturar o Plano de Cargos Salários e Carreiras - PCCS dos profissionais do magistério e revisar as suas remunerações continua obrigado aos limites impostos pelos artigos 19 e 20 da LRF e, caso, sejam ultrapassados há a necessidade da adequação ao disposto nos artigos 22 e 23 da mesma lei.

O Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso manifestou-se em consulta sobre a Lei 11.738/2008, exarando o Parecer 040/2013:

Importante destacar que este Tribunal trata com relevante importância o cumprimento do piso previsto na Lei 11.738/2008, o que se pode constatar do julgado em consulta abaixo, em que se prolatou a obrigatoriedade de se reajustar o salário dos professores a fim de obedecer ao piso salarial, mesmo que disso decorra prejuízo ao limite de gastos com pessoal.

Resolução de Consulta nº 44/2010. (DOE 10/06/2010). Pessoal. Despesa com pessoal. Adequação ao limite. Previsão legal de piso salarial. Obrigatoriedade na concessão.

Guararapes



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

O Poder Público deverá reajustar o salário dos professores da educação básica a fim de obedecer ao piso salarial previsto na Lei nº 11.738/2008, e, concomitante a esse aumento, para que a despesa com pessoal não exceda os 95% do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá o gestor adotar as providências previstas nos artigos 22 e 23 da LRF e no artigo 169, da Constituição Federal, a fim de não exceder os limites estipulados pela LRF. Ademais, outras medidas poderão ser adotadas, visando o cumprimento das determinações da Lei nº 11.783/2008 e da LRF.

Cabe frisar que nessa decisão não houve por parte do Tribunal de Contas nenhum descaso com a LRF, mas apenas interpretou a previsão legal do piso nacional como algo prioritário, cabendo o devido cumprimento do piso na fixação do vencimento inicial, porém, deverá o gestor adotar as providências cabíveis a fim de não exceder os limites da despesa com pessoal."

5) Por fim, não havendo possibilidade econômica ou dotação orçamentária para a implementação do piso do magistério no exercício de 2014, poderá o ente federativo municipal nos moldes do artigo 4º, §1º e 2º, utilizar os recursos do FUNDEB para complementação do piso, ao final do exercício financeiro, em abonos de 13º ou 14º salário.

Para atender o questionamento do consulente recorremos à manifestação parcial desta Diretoria no Parecer 0046/2013/RGS/DAM/TCM-PA:

"(...) Outro aspecto que vem esclarecer aos questionamentos aqui expostos é o cumprimento da previsão legal estabelecida no artigo 7º da Lei do FUNDEB, em que uma parte desta complementação poderá ser gasto com outros programas dentro da finalidade da respectiva Lei, esse artigo combinado com o artigo 4º da Lei 11.738/2008 (Lei que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional Para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica) gerou outra receita para certos municípios, denominada Complementação ao Piso Salarial dos Professores ou Complementação União Piso.

Baseado nessas legislações e juntamente com a Portaria/MEC nº 344 de 24/04/2013, as referidas receitas foram lançadas ao final de abril na conta dos municípios paraenses, através de mecanismos de créditos e débitos. Vejamos o disciplinamento:

§ 1º A redistribuição da complementação da União ao Fundeb de 2012, será realizada mediante efetivação de lançamentos nas contas correntes específicas dos Fundos do Distrito Federal, Estados e respectivos municípios:

I - a débito ou a crédito, conforme o caso, da diferença relativa ao ajuste da complementação da União, previsto no art. 6º, § 2º da Lei 11.494, de 2007; e

II - a crédito do valor destinado à integralização do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e c c a Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade.

Informa o MEC que:

"a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade decidiu que os recursos destinados à complementação do piso devem ser distribuídos pelos mesmos critérios adotados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, considerando que os estados e municípios que recebem a complementação da União ao Fundeb são aqueles que comprovadamente têm

Assinatura



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

dificuldades financeiras, já que o valor-aluno de seus fundos estaduais está abaixo do valor mínimo nacional. As deliberações da Comissão Intergovernamental foram objeto da Resolução nº 7, de 26 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de julho do mesmo ano."

Assim dispõe o artigo 1º da Resolução MEC/2012 nº 7:

Art. 1º A parcela da complementação da União ao FUNDEB, prevista no caput do art. 7º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, fica estipulada em dez por cento e será destinada a contribuir para integralização do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, na forma do art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Da Aplicação dos Recursos da Complementação da União relativos ao FUNDEB
Os recursos provenientes da Complementação da União serão gastos no exercício financeiro em que ingressarem aos cofres públicos, neste caso no exercício de 2013:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Infere-se do artigo 1º da Resolução/MEC nº 7/2012, citado logo acima, que os recursos serão destinados para integralizar o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério, fundamentado no art. 3º da Lei 11.738/20084.

Segundo o Manual do FUNDEB/MEC a remuneração dos profissionais do magistério compreende:

"(...) o total de pagamentos devidos aos profissionais do magistério da educação em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador.

De modo geral, os itens que compõem a remuneração, para fins da aplicação do mínimo de 60% do Fundeb, incluem:

- salário ou vencimento;*
- 13º salário, inclusive 13º salário proporcional;*
- 1/3 de adicional de férias;*
- férias vencidas, proporcionais ou antecipadas;*
- gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções de magistério, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia;*
- horas extras, aviso prévio, abono;*
- salário família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador;*
- encargos sociais (Previdência e FGTS) devidos pelo empregador, correspondentes à remuneração paga na forma dos itens anteriores, observada a legislação aplicável à matéria."*

Ressalta-se, ainda, o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que havendo saldo bancário remanescente deverá ser

Assinado



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento parcial das formalidades insculpidas nos **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012²**, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, bem como se insere na exceção prevista pelo **Novo Regimento Interno (Ato n.º 16/2013)**, em seu **art. 299, §2º³**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta, destacando-se, desde já, **que a mesma não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.**

utilizado exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso. Aplica-se o dispositivo à Complementação da União."

3. DA CONCLUSÃO

Do exposto, conclui-se que a Lei 11.738/2008 estabeleceu piso salarial aos profissionais do magistério da educação básica sendo ele um referencial mínimo para garantir um salário digno aos profissionais da educação, tais benefícios deverão ser instituídos por força de lei municipal específica. Previamente, cabe ao Poder Público identificar a defasagem dos salários frente ao Piso Salarial Nacional e promover estudo sobre a viabilidade econômica e financeira, de forma a garantir a adequação salarial, aos moldes da Lei 11.738/2008, sem ferir as disposições previstas na Lei Complementar 101/2000, nos artigos 19 e 20, com a faculdade do Ordenador em optar pelos recursos do FUNDEB para efetivar tais adequações salariais.

Belém, 16 de junho de 2014.

Rejane Gomes dos Santos
Analista de Controle Externo/DAM/TCM

De acordo:
Rosângela Maria da Silva Quadros
Diretora de Apoio aos Municípios/TCM/PA

² XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

³ Art. 299. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento. § 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

NO MÉRITO, cabe ressaltar que, a Constituição Federal cuida, expressamente, de informar da fixação de um piso remuneratório nacional, aplicável a todos os profissionais da educação escolar pública, o qual será instituído por meio de Lei Federal, no que transcrevo:

Constituição Federal/1988:

Art. 206. *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

(...)

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Neste sentido, a **Lei Federal n.º 11.738/2008** trouxe regulamentação ao indicado dispositivo constitucional, estabelecendo o piso nacional dos indicados profissionais, o qual vem recebendo anual atualização, possuindo, desta forma, caráter vinculativo e obrigatório em todo o território nacional.

Ressalte-se que, nos termos do **Parecer n.º 011/2014-DAM**, integralmente transcrito em Relatório, o **C. STF** já se manifestou sobre a constitucionalidade desta regulamentação, a teor da **ADI 4167**, sob a Relatoria do Ministro JOAQUIM BARBOSA.

Assim, o valor fixado em caráter nacional serve como referencial mínimo a ser pago aos profissionais do magistério, sob o qual deverão ser calculadas eventuais gratificações e/ou adicionais, de caráter pessoal, que sejam estabelecidos por meio de Lei Municipal específica.

A partir desta premissa básica e fundamental para compreensão da matéria, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, pontuo-a, nos seguintes termos, com base nos quesitos apresentados pela consulta:

01 – O piso salarial nacional dos professores instituído pela Lei 11.738/2008 poderá ser garantido mediante um complemento salarial individual a ser concedido ao servidor a fim de se compensar a diferença entre o seu vencimento e o valor do piso?

proposto



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

O piso salarial pago pelos municípios, aos profissionais do magistério, deverá respeitar o piso nacional fixado por Lei Específica, não podendo ser complementado individualmente, visto que o valor em questão representa um referencial mínimo que deverá ser aplicado linearmente.

Desta forma, nenhum profissional poderá ter base salarial inicial, inferior ao previsto em Lei Federal, cabendo aos municípios a adequação anual dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, com vistas a evitar eventuais distorções, que importem em pagamento a menor.

Assim, uma vez observado o piso salarial nacional, como salário base da categoria, dentro dos municípios, não há que se falar em complementação individual.

02 – Em tese havendo 900 professores e havendo apenas 64 destes abaixo do piso nacional e havendo linearidade dos vencimentos disposto no PCCs dos servidores municipais há a possibilidade de adequação ao piso de servidores apenas aqueles que estejam abaixo do piso nacional instituído e atualizado pela Lei 11.738/2008, sem que importe em aumento para os demais servidores que estejam acima do mínimo, tal implementação deve ser realizada mediante que ato?

Nos termos já declinados, o piso salarial é único para todos os profissionais do magistério, razão pela qual, a existência de distorção remuneratória, tal como declinada pelo consulente, conduz a interpretação de que o município, em tese, não está respeitando o piso nacional da categoria, no que se impõe a adoção de medidas saneadoras.

Esclareço, por oportuno, "que para verificação do correto pagamento da categoria, não deverá ser considerado eventuais parcelas de caráter pessoal, permanentes ou transitórias, mas sim o vencimento base da carreira (vencimento inicial), sobre o qual irão repercutir as demais parcelas, instituídas por meio de Lei Municipais".

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

Em se tratando de medida que importa em aumento de despesa pública com pessoal, à teor do art. 37, X, da CF/88, a adequação do vencimento inicial da carreira no município, ao piso nacional, deverá ser procedida por meio de Lei Específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, onde caberá a indicação precisa de que a majoração remuneratória está vinculada à correção salarial, em observância à Lei Federal n.º 11.738/2008 e suas anuais alterações, não importando, desta forma, em reajuste salarial, o qual poderia trazer implicações quanto a sua extensão aos demais servidores do executivo municipal.

03 – Em tese a concessão de reajuste linear aos profissionais do magistério, visando adequar o valor do vencimento inicial da carreira ao piso nacional, impacta toda a estrutura remuneratória desse pessoal, neste caso à necessidade de um estudo criterioso de seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos dos arts. 15 a 17 da LRF?

Entendo como despicienda maiores inflexões sobre a questão, uma vez que a teor da Lei de Responsabilidade Fiscal, caberá à Administração Pública, proceder o planejamento, para adequações necessárias a aplicação do piso nacional instituído aos profissionais do magistério, considerando os limites globais e específicos de gastos com pessoal.

04 – Caso o impacto decorrente da concessão de reajuste linear venha a comprometer o limite da despesa com pessoal do respectivo ente, é possível que, para se garantir tanto o cumprimento do piso quanto o equilíbrio fiscal das contas públicas, a adequação do vencimento ao piso nacional seja promovida por meio da reestruturação da carreira dos profissionais do magistério, eliminando suas consequências fiscais?

Conforme muito bem destacado pela Diretoria de Apoio aos Municípios (fl. 13), caberá à Administração Pública elaborar estudo de adequação das despesas que garantam o pagamento do piso da categoria, inclusive, por meio de adequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS's, então vigente, para que os demais limites de despesas estabelecidos pela LRF sejam respeitados.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

Em se tratando de medida que importa em aumento de despesa pública com pessoal, à teor do art. 37, X, da CF/88, a adequação do vencimento inicial da carreira no município, ao piso nacional, deverá ser procedida por meio de Lei Específica, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal, onde caberá a indicação precisa de que a majoração remuneratória está vinculada à correção salarial, em observância à Lei Federal n.º 11.738/2008 e suas anuais alterações, não importando, desta forma, em reajuste salarial, o qual poderia trazer implicações quanto a sua extensão aos demais servidores do executivo municipal.

03 – Em tese a concessão de reajuste linear aos profissionais do magistério, visando adequar o valor do vencimento inicial da carreira ao piso nacional, impacta toda a estrutura remuneratória desse pessoal, neste caso à necessidade de um estudo criterioso de seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos dos arts. 15 a 17 da LRF?

Entendo como despicienda maiores inflexões sobre a questão, uma vez que a teor da Lei de Responsabilidade Fiscal, caberá à Administração Pública, proceder o planejamento, para adequações necessárias a aplicação do piso nacional instituído aos profissionais do magistério, considerando os limites globais e específicos de gastos com pessoal.

04 – Caso o impacto decorrente da concessão de reajuste linear venha a comprometer o limite da despesa com pessoal do respectivo ente, é possível que, para se garantir tanto o cumprimento do piso quanto o equilíbrio fiscal das contas públicas, a adequação do vencimento ao piso nacional seja promovida por meio da reestruturação da carreira dos profissionais do magistério, eliminando suas consequências fiscais?

Conforme muito bem destacado pela Diretoria de Apoio aos Municípios (fl. 13), caberá à Administração Pública elaborar estudo de adequação das despesas que garantam o pagamento do piso da categoria, inclusive, por meio de adequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS's, então vigente, para que os demais limites de despesas estabelecidos pela LRF sejam respeitados.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

Neste sentido, se reforça a necessidade de aprofundado estudo financeiro e orçamentário, pela municipalidade, com vistas a garantir o pagamento do mínimo nacional da educação, sem que tal parcela venha a gerar desequilíbrio das despesas públicas municipais, em caráter global, uma vez que as demais parcelas de caráter pessoal, instituídas por meio de Lei Municipal, adotarão aquele vencimento inicial, como referência.

05 – Por fim, não havendo possibilidade econômica ou dotação orçamentária para a implementação do piso do magistério no exercício de 2014, poderá o ente federativo municipal nos moldes do artigo 4º, §1º e 2º, utilizar os recursos do FUNDEB para complementação do piso, ao final do exercício financeiro, em abonos de 13º ou 14º salário?

Mais uma vez remetendo ao Parecer n.º 011/2014/RGS/DAM/TCM-PA, entendo que a combinação do artigo 7º, da Lei do FUNDEB, com o artigo 4º, da Lei 11.738/2008, onde restou instituída a denominada Complementação ao Piso Salarial dos Professores ou Complementação União Piso, garante a possibilidade de utilização deste recurso para a tal complementação salarial, ao final do exercício.

Destaco, ainda, o teor do disposto no artigo 1º da Resolução MEC/2012 n.º 7:

Art. 1º. *A parcela da complementação da União ao FUNDEB, prevista no caput do art. 7º da Lei n 11.494, de 20 de junho de 2007, fica estipulada em dez por cento e será destinada a contribuir para integralização do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, na forma do art. 4º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.*

Tal como já pontuado pelo órgão técnico, infere-se do artigo 1º da Resolução/MEC nº 7/2012, que os recursos serão destinados para integralizar o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério, fundamentado no art. 3º da Lei 11.738/2008.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 11.530

Ademais, ressalta-se, que o art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que havendo saldo bancário remanescente, deverá este ser utilizado exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso, o qual claramente aplicável à Complementação realizada pela União.


Assim, ao final do exercício, poderá o município dispor de tais recursos para quitação dos débitos apurados no exercício, para pagamento do piso nacional do magistério, devidamente apurado e corrigido, como forma de dar cumprimento e execução aos mandamentos legais e constitucionais, acima indicados.

Esclareço, por fim, quanto às nomenclaturas utilizadas na consulta formulada que: (I) o 13º salário é parcela remuneratória obrigatória, devida a todos os servidores públicos, o qual já deverá constar do planejamento orçamentário e financeiro anual; (II) o nomeado 14º salário, poderá ser concedido aos profissionais da educação, sob a denominação de abono, uma vez verificada disponibilidade de recursos financeiros existentes no exercício, não se impondo de maneira obrigatória ou vinculativa, cujos recursos, nos termos indicados, poderão ser utilizados também para complementação do piso nacional.

Por fim, considerando a possibilidade de existência de idêntica situação, em outros municípios, sob a jurisdição deste TCM-PA, tal como vivenciado pela Prefeitura Municipal de Paragominas, recomendo o posicionamento desta Corte de Contas, exarado por meio de Resolução, receba ampla divulgação entre os demais jurisdicionados.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **26 de junho de 2014**.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

7º, DA LEI DO FUNDEB, C/C ART. 4º, DA LEI Nº 11.738/2008, C/C ART. 1º, DA RESOLUÇÃO/MEC Nº 7/2012. APROVAÇÃO: CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 18-20, e nos termos da Resolução prolatada.

Decisão: Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 014, de 05 de junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.517

Processo nº 201408715-00

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DE GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DE GOVERNO, DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, COM BASE NO PARECER PRÉVIO EXARADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS. DESCARTE DO JULGAMENTO DAS CONTAS DOS FUNDOS MUNICIPAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL. COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NAS EXECUÇÕES DAS DECISÕES DESTA TCM-PA, JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL. APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 03-10, e nos termos da Resolução prolatada.

Decisão: Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 015, de 26 de junho de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.531

Processo nº 201407459-00

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ. DEFINIÇÃO DE BASE DE CÁLCULO PARA REALIZAÇÃO DO REPASSE DO DIODÉCIMO AO PODER LEGISLATIVO (ART. 29-A, DA CF/88). REFERÊNCIA INDIVIDUAL PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DOS IMPOSTOS RETIDOS (IRRF E ISS). OBRIGATORIEDADE DE INTEGRALIZAÇÃO DOS IMPOSTOS RETIDOS NA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO. VERIFICAÇÃO DOS IMPACTOS DAS DESPESAS DE PESSOAL E NAS APLICAÇÕES NAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. PONTO DE CONTROLE OBRIGATORIO NOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. APROVAÇÃO. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora às fls. 05-13, e nos termos da Resolução prolatada.

Decisão: Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

PREJULGADO DE TESE Nº 016, de 18 de setembro de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 11.604

Processo nº 201407844-00

EMENTA: CONSULTA. SINTEPP. POR INTELIÊNCIA DO ARTS. 21, 22 E 23 DA LEI 11.494/07, OS RECURSOS PROVENIENTES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE RELATIVOS AO ANO DE 2012, QUE TENHAM SIDO CREDITADOS EM 2013, DEVERÃO SER GASTOS PARA CUSTEAR DESPESAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE INGRESSAREM NOS COFRES PÚBLICOS, PELA REGULARIDADE. CONVERSÃO DA RESPOSTA À CONSULTA EM INSTRUÇÃO NORMATIVA, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese, por autoridade competente, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à unanimidade, em aprovar a resposta à Consulta, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator às fls. 57-64, e nos termos da Resolução prolatada, que passa a integrar esta decisão. Conversão da resposta à Consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno.

RESOLUÇÃO Nº 11.604, DE 18/09/2014

Processo nº 201407844-00

Origem: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP

Assunto: Consulta

Responsável: Marcelle Rita Lopes de Araújo Gomes

Relator: Cons. Daniel Lavedra

EMENTA: Consulta. SINTEPP. Por inteligência do Arts. 21, 22 e 23, da Lei 11.494/07, os recursos provenientes da Complementação da Unidade relativos ao ano de 2012, que tenham sido creditados em 2013, deverão ser gastos para custear despesas referente ao exercício financeiro em que ingressarem nos cofres públicos. Pela regularidade. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno do TCM.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator. Decisão: em aprovar a Consulta e conversão da resposta à mesma, em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

RESOLUÇÃO Nº 11.611, DE 25/09/2014

Processo nº 201413752-00

Origem: Câmara Municipal de Viseu

Assunto: Consulta

Responsável: Sílvia José Silva Oliveira neto

Relator: Cons. Daniel Lavedra

EMENTA: Consulta. C.M. de Viseu. Qual o limite a ser fixado para subsídios da Presidente, se a Câmara pode editar Resolução retificadora da Resolução nº 003/2012, fixado em parcela única o subsídio da Presidente para o restante do quadriênio; e, se os valores já pagos ao Presidente podem ser ratificados pela Resolução retificadora. Pela aprovação. Conversão da resposta à consulta, em Instrução Normativa, nos termos do Regimento Interno do TCM.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator às fls. 14 a 21.

Decisão: em aprovar a Consulta e converter a resposta em Instrução Normativa, para vinculação e orientação ampla, nos termos do Regimento Interno.

ACORDÃO Nº 25.394, DE 12/08/2014

Processo nº 201105811-00

Origem: Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita

Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 044/2011

Responsável: Lucival Santana da Silva

Relator: Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa - (Art. 19, II, da LC nº 84/2012).

EMENTA: Prestação de Contas do Convênio nº 044/11. Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita. Pela aprovação e expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposição de decisão do Relator, às fls. 116 e 117 dos autos.

Decisão: Aprovar as contas do Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita, referentes ao Convênio nº 044/2011, firmado com a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC/PMB, como apoio financeiro em forma de subvenção social, objetivando a promoção da educação para que a entidade possa prevenir, minorar ou reverter as situações de carência dos usuários, de acordo com o plano de trabalho, devendo ser expedido em favor do Sr. Lucival Santana da Silva, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$ 18.840,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta reais).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CONVITE Nº 01/2014

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751596

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no inciso VI do art. 43 da Lei nº 8.665/1993 e suas alterações posteriores, resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Convite nº 01/2014, tipo menor preço, destinado à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obra civil de adequação funcional e pintura interna e externa do Anexo I do TCE/PA, de acordo com as especificações constantes no edital. **ADJUDICAR** o objeto do certame à empresa **DIEX CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA - EPP**, para execução do objeto acima citado.

Belém, 30 de setembro de 2014.

Cipriano Sabino de Oliveira Junior

Presidente do TCE/PA

AVISO DE LICITAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751844

Modalidade: Pregão Presencial

Número: 2014/14

Objeto: Contratação de instituição especializada em estágio de estudantes para atuar como agente integrador entre o TCE-PA e as Instituições de Ensino na operacionalização do Programa de Estágios.

Entrega do Edital: O edital poderá ser obtido através da internet, no site: www.tce.pa.gov.br ou junto à Comissão Permanente Licitação do Tribunal de Contas do Estado do Pará, localizada na Travessa Quintina Bocanina nº. 1585, através de meio digital, gratuitamente, com a apresentação de mídia de gravação, ou em cópias, às expensas do interessado nos dias úteis, das 08 às 14h.

Observação: Quaisquer informações sobre a presente licitação serão prestadas pela pregoeira, Sra Renata Piqueira de Andrade Soares, até o primeiro dia útil que antecede a data fixada para abertura da sessão pública do presente pregão, no horário de 08 às 14 horas, ou através do telefone (91) 3210-0587. Responsável pelo certame: RENATA PIQUEIRA DE ANDRADE SOARES

Local de Abertura: Tribunal de Contas do Estado do Pará

Data de Abertura: 15/10/2014

Hora de Abertura: 09:00

Orçamento:

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte do Recurso
01032112262670000	339039 0301000000	Estadual
01032112262670000	339039 0101000000	Estadual
01032112262670000	339039 0112000000	Estadual
01032112262670000	339039 0312000000	Estadual

Ordenador: Cipriano Sabino de Oliveira Junior

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751898

PORTARIA Nº 28.872 DE 25 DE SETEMBRO DE 2014

I - EXCLUIR da PORTARIA Nº 28.804, de 20-08-2014, a servidora ESTHER BARBOSA MACIELA, Assessor de Gabinete TCE-RAC-502, Classe U Nível NS - matrícula nº 0180004; designada para compor a comissão sindicante, destinada a apurar os fatos mencionados no Processo nº 2014/04221-0, no prazo não excedente a 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da autoridade superior, consoante parágrafo único do artigo 201, da Lei nº 5.810/99.

II - INCLUIR na comissão designada pela Portaria acima, a servidora TEREZINHA DE JESUS FERREIRA RIBEIRO, Assessor Técnico Administrativo TCE-ATNS-607 Classe A Nível 1 matrícula nº 0124478.

PORTARIAS Nº 28.884, Nº 28.885, Nº 28.886, Nº 28.887, E Nº 28.888 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 REFERENTE A CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 751939

Portaria: 28.867

Objetivo: Para participarem do "Intercâmbio Técnico entre este Tribunal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF".

Fundamento Legal: Lei nº 5.810/94

Origem: BELÉM/PA - BRASIL



Secretaria
Especial de Estado
de Gestão



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ